

RESENHA DO LIVRO: A ATUALIDADE DA TEORIA POLÍTICA DE NICOS POULANTZAS¹

LUANA FORLINI ²

Nicos Poulantzas escreveu e publicou suas principais obras entre as décadas de 1960 e 1970, nas quais desenvolveu conceitos importantes como o Estado, classes sociais, frações de classes, bloco no poder, entre outros. Sua trajetória inclui análise de processos políticos em formações sociais concretas, como o fascismo, regimes ditatoriais e a internacionalização e internalização de capital estrangeiro, no caso como o capital imperialista dos Estados Unidos estava influenciando a formação do bloco no poder dos Estados europeus após a Segunda Guerra Mundial. A análise a partir de seus conceitos oferece um arcabouço de ferramentas teóricas poderosas para pesquisas que buscam compreender a atualidade ou outros processos políticos sobre os quais Poulantzas não se debruçou. Da mesma forma, pensarmos sobre os limites da sua obra abre caminhos interessantes para a possível atualização de conceitos. O livro “A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas”, organizado pelas pesquisadoras Tatiana Berringer e Angela Lazagna, traz um panorama geral de pesquisas que estão baseadas nas obras poulantzianas, demonstrando justamente como os conceitos formulados por Poulantzas podem auxiliar em análises de temas atuais e/ou sobre a realidade dos Estados latinoamericanos, ao mesmo tempo em que contém limites e contradições.

A maior parte dos textos que compõem o livro baseia-se principalmente em Poder Político e Classes Sociais (PPCS), publicado pela primeira vez em 1968 e que tem como objetivo construir a teoria regional do político dentro de um

¹Organização de Tatiana Berringer e Angela Lazagna; EduUFABC, 2022, 384 p.

²Departamento de Ciência Política UNICAMP

modo de produção em particular, o capitalista. Isso é nítido na primeira parte da obra, intitulada “Polantzas e o político”. O primeiro capítulo, “A construção da teoria regional do político no modo de produção capitalista”, é de autoria de Décio Saes, um dos maiores expoente dos estudos poulantzianos no Brasil. Nele, Saes mostra que Poulantzas segue a corrente althusseriana em, por exemplo, considerar a totalidade social como uma pluralidade de estruturas, a jurídico e política, a ideológica e a econômica, em contraponto à tradição marxista de infraestrutura e superestrutura. A tríade de estruturas comportaria uma determinação em última instância, papel exercido pela estrutura econômica. Seria, então, o econômico que determinaria qual das estruturas seria a dominante e quais delas seriam as dominadas em um certo modo de produção. É interessante que Saes, no entanto, demonstra que tanto Poulantzas quanto os althusserianos dissolvem a noção de três estruturas ao analisar o modo de produção capitalista (MPC), passando a considerar apenas duas: a jurídico-política e a econômica. A ideologia estaria enquadrada em cada uma delas, formando um conjunto de valores que orientam as práticas políticas e as econômicas. Os valores da estrutura jurídico-política são jurídicos (o direito capitalista) e os burocráticos (o burocratismo), os quais produzem dois efeitos nas formações sociais concretas: o isolamento (individualização) e a representação de unidade (a nação).

Jair Pinheiro, no capítulo três, intitulado “Desdobramentos de Poder Político e Classes Sociais”, argumenta que as estruturas devem ser vistas como bidimensionais, formadas por uma camada ideológica e outra de aparelhos e instituições que estabilizam a primeira. As estruturas dão orientações para as práticas dos sujeitos ou suportes. As práticas, por seu turno, podem apenas reproduzir a estrutura ou transformá-las, em determinados períodos históricos. O último capítulo a ser abordado dessa primeira parte, o de Thiago Barison de Oliveira, nomeado “O Direito: estrutura, instituição e hegemonia”, também discorre sobre as estruturas, especificamente a jurídico-política. O autor busca demonstrar os pontos de cruzamento entre PPCS e a obra do autor da área do direito Pachukanis, ao fazer uma análise do direito impresso no complexo institucional do Estado capitalista.

A segunda parte do livro, “Poulantzas e o Estado de Exceção”, aborda as características de formas de Estado não democráticas. Em “Fascismo e Ditadura”, publicado em 1972, Poulantzas argumenta que o Estado no MPC pode assumir formas democráticas ou de exceção. Na primeira, os regimes de governo podem ser parlamentaristas ou presidencialistas, por exemplo, e, na segunda, os regimes

podem ser três: ditadura militar, bonapartista e fascista. Armando Boito Jr., no capítulo “Apresentação e discussão do conceito poulantziano de fascismo”, discute, como o próprio título já diz, o conceito de fascismo de Poulantzas e suas divergências com outros autores que também discorrem sobre esse tema, como o italiano Emilio Gentile, para quem o fascismo seria um fenômeno datado. Além disso, Boito Jr. demonstra como, no livro de 1972, Poulantzas já começa a abandonar e reformular alguns conceitos presentes em PPCS, ao adotar os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE’s) como os principais reprodutores da ideologia do Estado.

Danilo Enrico Martuscelli, autor do quinto capítulo, “A teoria do bloco no poder e a construção do conceito de golpe de Estado”, busca conceber a conceitualização de golpe de Estado a partir de Poulantzas. Nesse processo, conclui-se que golpes de Estado não são dissociáveis de conflitos de classe, estando, na realidade, ligados às divergências de classes e frações de classe dominante. Necessariamente, nesses contextos, uma das frações de classe dominante lidera o processo de golpe de Estado, tendo como objetivo obter controle sobre as políticas do Estado por meio de uma ação usurpadora.

Na terceira parte do livro, “Poulantzas, imperialismo e relações internacionais”, com textos de Bob Jessop, Caio Bugiato e Lúcio Flávio de Almeida, os autores debatem o conceito de imperialismo a partir de Poulantzas e a ideia presente em diversos estudos da área de Relações Internacionais sobre o declínio do Estado-nação e da sua importância na arena internacional. O imperialismo seria uma das fases do capitalismo, que era a “atual” para Poulantzas, após a do capitalismo liberal ou competitivo. Ele teria três estágios: transição instável, fase de consolidação e consolidação. O capital monopolista seria o principal beneficiado, baseando-se em um Estado cuja orientação passa a ser intervencionista. Nessa fase, também existe maior peso das exportações de bens manufaturados e ocorre a internalização do capital imperialista do Estados Unidos em diversos Estado europeus - é a partir da análise desse processo que Poulantzas formula o conceito de burguesia interna. O imperialismo, portanto, é uma fase do capitalismo na qual ocorre um Estado de perfil intervencionista e é impulsionada e fortalecida a partir dele, não contra, como advogam as teorias que levam em consideração o declínio do Estado-nação.

A quinta parte do livro, “Conflitos sociais, lutas de classe e transição socialista”, começa com o texto de Eliel Machado, “Um tema pouco frequentado: pesquisa poulantziana dos “movimentos sociais””. De acordo com o autor, as ca-

madam médias podem servir como movimentos-apoio para as frações de classe dominante no bloco no poder. Os movimentos sociais seriam dispostos em dois grupos principais: aqueles das classes populares e aqueles de interesses de grupos hegemônicos, sendo que esses últimos manifestam à favor da preservação da ordem capitalista.

Os capítulos subsequentes, da autoria de Angela Lazagna e Luiz Eduardo Motta tratam sobre o tema da transição para o socialismo e as diferenças entre duas obras de Poulantzas, PPCS e O Estado, o Poder e o Socialismo (EPS), publicado em 1978. Segundo a primeira autora, em EPS Poulantzas abandona as teses principais de PPCS, ao considerar o Estado como uma arena de condensação da relação de forças entre as classes sociais e como um conjunto de aparelhos (ideológicos, repressivos e econômicos). Nesse sentido, a partir das relações de forças entre as classes sociais, seria possível que o Estado realizasse a transição ao socialismo. Já, de acordo com Motta, EPS seria o resultado do acúmulo dos trabalhos políticos e acadêmicos de Poulantzas e não apresentaria um rompimento na sua trajetória teórica - ele não abandona os conceitos de bloco no poder e autonomia relativa. Ademais, a noção de Estado como arena de lutas e resultado de condensação de forças sociais já se encontrava presente, em desenvolvimento, em obras anteriores.

Por fim, a última parte do livro trata sobre o recebimento das obras poulantzianas na América Latina. O primeiro texto dessa parte, de autoria de Tatiana Berringer, discorre sobre a “Escola de Campinas”, que é um conjunto de autores e pesquisadores que utilizam o arcabouço teórico de Poulantzas para analisar processos políticos no Brasil, como o caso de Décio Saes e Armando Boito Jr. A autora demonstra como a análise a partir de Poulantzas faz um contraponto importante a outros autores, como Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. Os dois últimos textos tratam sobre o impacto das obras de Poulantzas em Estados da América Latina. Os autores, Leandro Sanhueza Huenupi, Marcelo Rodríguez Arriagada, Mabel Thwaites Rey e Andrés Tzeiman, apresentam um balanço histórico importante sobre debates que ocorreram em seminários e em pesquisas a partir de conceitos teóricos formulados por Poulantzas.

RECEBIDO em 14/11/2023
APROVADO em 08/01/2024